

HISTÓRIA, ENSINO E RADIOFUSÃO: O PROJETO EDUCACIONAL VARGUISTA

Vânia Cristina da Silva¹
Shirley Cardoso Gonçalves de Aguiar*[□]

RESUMO

O ensino de História foi inserido nos currículos escolares como disciplina na primeira metade do século XIX logo após a independência cujos pressupostos eram orientados por uma tradição européia, em especial à francesa. A História nesta conjuntura vem a ser a disciplina, por excelência, formadora do espírito de nacionalidade, tornando-se deste modo, um instrumento poderoso na construção do Estado Nacional. Contudo, este artigo propõe apresentar a educação e o ensino de História produzido pela Era Vargas enquanto disseminação de um conjunto de idéias direcionada para a criação de uma nova identidade nacional, volvida para o grande ideal que orientou a maioria das ações varguistas: a promoção da unidade nacional. Partindo dessa visão, apresentaremos o intercambio dos conhecimentos referentes ao currículo escolar, à educação e à história, por meio do uso do ensino de história, do rádio, da imprensa e propaganda, pois no elenco dos objetivos do governo de Vargas, a educação inseria-se como ferramenta de caráter político-ideológico, nos permitindo analisar o processo educacional e seus instrumentos pedagógicos como armas de propaganda do regime.

Palavras-Chave: Ensino de História. Educação. Era Vargas.

HISTORY, TEACHING AND BROADCASTING: THE EDUCATIONAL VARGUISTA PROJECT

ABSTRACT

The teaching of History was included in the school curriculum as a discipline in the first half of the nineteenth century after the independence of Brazil from Portugal. At this time the country was targeted by European traditions, especially the French one. The discipline of History at that moment was responsible for forming the spirit of the nationalism in the country, becoming itself thus a powerful tool in the construction of the Nation State. However, this article proposes to show how the education and the teaching of history was produced by Vargas as a dissemination of a set of ideas, for which the aim was to create a new national identity after the great ideal that has guided the majority of Vargas' actions: The promotion of the national unity. From this view, we present the exchange of knowledge concerning the school curriculum, education and history, through the use of the way of teaching History, radio, the press and propaganda, because in the list of the Vargas government objectives, education was considered a tool of a political-ideology, allowing us to analyse the educational process and its pedagogical instruments as a political propaganda gun.

Key Words: Teaching of History. Education. Vargas Government.

¹ Mestranda pela Universidade federal da Paraíba-UFPB.

* Mestranda pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo propõe apresentar a educação e o ensino de História produzido pelo Estado Novo enquanto disseminação de um conjunto de idéias voltadas para a criação de uma nova identidade nacional, volvida para o grande ideal que orientou a maioria das ações da Era Vargas: a promoção da unidade nacional.

Os anos iniciais da década de 1930 são marcados por diversos conflitos, advindos das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorriam no Brasil. O Estado Novo foi instituído oficialmente em novembro de 1937 e marcou a inserção de uma nova cultura política no país, que agregou as bases para a formação do atual Estado brasileiro, direcionadas prioritariamente para as áreas educacionais e trabalhistas, que configuraram as principais atenções do Estado varguista.

As representações sociais fundadas na razão e na representação de poder são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que dominam essa concepção, “o poder produz saber”. Poder e saber estão implicados, não havendo poder sem saber, nem saber sem poder. O campo do conhecimento é determinado por essa relação e pelas lutas que o atravessam, pois:

Não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento (FOUCAULT, 1979, p.36).

Vê-se que Foucault (1979) não fala do poder como uma entidade abstrata e universalmente válida, mas como uma prática, como algo que se conquista e se exerce através de estratégias que geram conhecimento e disciplina.

O ensino de História visto por muitos como esclarecedor de preceitos como cidadania e democracia, é extremamente visado e alvo direto em regimes autoritários. Nestes períodos, seus dispositivos didáticos guardam a retórica do momento político-cultural e exprimem as “verdades” do país, nesse sentido destaca FONSECA, (1999, p. 205):

o livro didático, legitimado como guardião da “verdade” histórica, constitui-se em um lugar de memória privilegiado que, ao alcance de milhões de pessoas, sedimenta uma identidade nacional adequada aos interesses de determinados grupos”. (FONSECA, 1999, p. 205).

Diante disso, a família, a escola e a sociedade em geral investem na formação de um determinado tipo de caráter dos seus membros, em decorrência da importância que ela tem para a manutenção da estrutura de poder, pois “as ideologias de uma sociedade podem tornar-

se força material apenas com a condição de que mudem a estrutura de caráter do povo” (REICH, 1989, p.165).

Nesse sentido, a identidade, além de seus aspectos estritamente individuais, apresenta uma dimensão coletiva como o processo de compartilhar experiências, mesmo que inúmeras vezes sob a forma de conflitos refiram-se a integração do homem como sujeito de construção histórica.

A construção das representações, entendidas como símbolos culturais presentes na sociedade, pode refletir de maneira instigante na compreensão político-cultural de uma época. O ensino nas escolas consolida “modelos de educação” destinados a desencadear nos alunos novos valores e novos modelos formadores.

Tendo como referência estas considerações construímos nossa pesquisa sob o aspecto de compreender como a educação e o ensino de História no período da Era Vargas estava estabelecido e proposto para inserção nas escolas através de seus currículos e programas educacionais na idealização de um nacionalismo e pensamento autoritário.

1. PROJETO EDUCACIONAL VARGUISTA

A institucionalização da História quer como disciplina nos currículos escolares quer como campo específico de saber no Brasil deve ser inserido num projeto político mais amplo em que estava em jogo a construção de uma história do e para o Brasil após a independência. Nessa perspectiva, institui-se o lugar da história como saber articulado na produção e organização de um projeto de nação no qual se produzia o passado a partir de encadeamentos de eventos e fatos organizados.

O andamento da História ensinada nas escolas, enquanto campo de conhecimento mudou com o tempo conforme suas relações com o debate científico de uma forma geral e com as ciências humanas em particular. Somente nos oitocentos conseguiram estatuto científico, com processos metodológicos guiadores da investigação, com objetivos definidos, levando a um maior apuramento a sabedoria herdada dos séculos XVII e XVIII.

O ensino de História durante muito tempo confundiu-se com a história sagrada, isto é, com a história bíblica, que era ensinada nas escolas onde a influência de igrejas cristãs era expressiva. Foi a partir dos tempos modernos, direcionado à formação das elites, sobretudo dos herdeiros dos tronos europeus, que o ensino de História ganharia importância.

No século XIX, a construção de uma identidade nacional passa a ser destaque na educação, em missão de elaborar uma história nacional e de difundi-la por meio da educação

e mais precisamente do ensino de História, na função de formação moral de crianças e jovens através do conhecimento dos fatos notáveis da História do Império ou, dos princípios cristãos ou da doutrina da religião católica. A História neste contexto é por excelência a disciplina formadora do espírito de nacionalidade, tornando-se deste modo, um instrumento poderoso na construção do Estado Nacional.

A preocupação dos intelectuais e políticos da época, considerados a classe dominante, estava direcionada à formação da nacionalidade e da identidade nacional brasileira e essas idéias deveriam ser difundidas e implementadas na vida social por meio de símbolos, alegorias, rituais e mitos.

No entanto, a discussão da questão da identidade nacional tornou-se mais intensa no início do século XX, quando se procurava romper com a certa sobreposição entre história sagrada e história profana. Foi com esse objetivo que se introduziu, já nos noventa, a disciplina escolar “Instrução Moral e Cívica”, ligada ao ensino de História em que visava reforçar os sentimentos patrióticos dos cidadãos.

É sobre o eixo unidade nacional e unidade racial que se configurará o ensino de História e a institucionalização de uma memória oficial, sobretudo a partir dos anos de 1930 perpassando todo o período varguista. O governo Vargas se caracterizou com uma política de cunho centralista e intervencionista tendo sido radicalizado durante o Estado Novo. O DIP, a Rádio e a Comissão Nacional do Livro Escolar permitem perceber a importância que as instituições, como as escolas, as obras didáticas e os currículos, têm implicações na produção das identidades sociais constituindo sujeitos por meio das sensibilidades, modos de percepção de si e de outros, formas particulares de agir, sentir e operar sobre o mundo, logo produzindo determinados atributos nas subjetividades.

Nessa proporção o movimento nacionalista acendeu, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial e foram com as reformas do sistema de ensino entre os anos 20 e 30 dos noventa que promoveram a centralização das políticas educacionais e que colocaram o ensino de História como disciplina escolar como proposta da formação da unidade nacional.

Segundo Kátia Maria Abud (1998) desde as primeiras décadas do século XX, a questão da formação da nacionalidade e identidade nacional brasileira vinha ocupando espaços na produção intelectual e política do país. Os intelectuais brasileiros tinham suas raízes nas camadas dirigentes, muitos deles participavam das instituições republicanas, como parlamentares, técnicos, diretores de órgãos de cultura e outros.

Contudo, essa idéia do desenvolvimento do sentimento de identidade nacional espalhou-se pela sociedade brasileira por meio da formação de associações, como a Liga de

Defesa Nacional, dirigida por Olavo Bilac, de literatura e de publicações como a Revista do Brasil, além de fundamentar movimentos políticos como o tenentismo e culturais, como o modernismo.

De acordo com Holanda (1957) os programas de ensino desde 1925, ano da Reforma Rocha Vaz, eram formulados pelos professores catedráticos e aprovados pelas congregações do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro. As escolas equiparadas deviam adotar, sem nenhuma modificação, a seriação de matérias estabelecidas para o Pedro II, cabendo-lhes apenas a elaboração de programas próprios.

Porém em 1931 ocorreu a Reforma Francisco Campos que, colocava o estudo da História como instrumento central da educação política. A Reforma promoveu a centralização do Ministério da Educação e Saúde Pública e definiu programas e instruções sobre métodos de ensino, retirando a autonomia das escolas e posicionando exclusivamente a competência ao Ministério, bem como, estendeu a equiparação aos colégios mantidos pelos municípios, associações ou por particulares. Assim relata Holanda (1957, p. 18):

O programa de 1931 deixa evidente que [...] é nos estudos de História que mais eficazmente se realiza a educação política, baseada na clara compreensão das necessidades de ordem coletiva e no conhecimento das origens, dos caracteres e da estrutura das atuais instituições políticas e administrativas

Por outro lado, a Reforma de 1931 recebeu críticas quanto o não cumprimento dos objetivos propalados pela Revolução de 1930, como por exemplo, o decreto que restabelecia o ensino religioso nos níveis primário, secundário e normal. Em seus escritos Cecília Meireles (1931, p. 52), questionou essa reforma do ministro Francisco Campos:

Veio o Sr. Francisco Campos com o seu feixe de reforma na mão. E, em cada feixe, pontudos espinhos de taxas. Foi mesmo mais uma reforma de preços, que tivemos. E esperávamos uma reforma de finalidades, de ideologia, de democratização máxima do ensino, de escola única, - todas essas coisas que a gente precisa conhecer e amar, antes de ser ministro da educação [...].

Contudo, Francisco Campos (1940, p.62), ideólogo do autoritarismo e Ministro da Educação do governo provisório, órgão criado após o golpe liderado por Vargas, afirmava que "as transformações não se operam pelas ações das mentalidades primitivas, mas pela influência das ciências e das artes, de filósofos, pesquisadores, engenheiros, artistas (...)"

Apesar do processo de centralização objetivada pela Reforma, o Colégio Pedro II, era ainda referência no sistema educacional do país e seus programas voltaram a ser enviados para os demais estabelecimentos, públicos ou privados.

Nas Instruções Metodológicas trazidas na Reforma de 1931, que acompanhavam os programas e currículos, estava destinada a orientação dos professores para o exercício de sua prática pedagógica e destacava-se também a importância da História como um instrumento para o desenvolvimento do patriotismo e do sentimento nacional. Esse fato fica evidenciado nos livros didáticos publicados de acordo com os programas oficiais, sobretudo nos capítulos que tratavam especificamente da formação do sentimento nacional brasileiro¹.

Para Chervel, (1990, p. 180) a disciplina, “é em qualquer campo que se a encontre, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento, da arte”. Por isso, tanto homens quanto mulheres, aprendem através da socialização e do processo em geral, caracteres que passam a exercitar.

Para Juliá (2001, p.11), “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”, recai sobre os sujeitos que estarão envolvidos na obediência das normas e no estabelecimento das práticas escolares.

Desde os programas alguns fatos que evidenciavam a preocupação com a formação nacional ocupavam lugar de destaque no ensino de História. Três pilares alicerçavam a unidade nacional brasileira: unidade étnica, unidade administrativa e territorial e unidade cultural. Os eixos em torno dos quais os programas se estruturavam tinham significados relacionados à formação do Estado Nacional: a formação do "povo brasileiro", a organização do poder político e ocupação do território brasileiro².

Em 1936, a preocupação de se utilizar a educação como estratégia para a legitimação da política autoritária do governo Vargas levou Gustavo Capanema, Ministro da Educação, a organizar um inquérito aplicado em todo o país com o objetivo de formular um Plano Nacional de Educação.

No ideário do governo de Vargas o modelo pedagógico estava centrado numa educação totalitária e antiindividual. Manipulando o saber a ser construído, o Estado afirmava que caberia a ele imprimir à instrução pública um cunho intelectual e disciplinador, na proposta de moldar a mentalidade do povo por meio de um processo hegemônico. Esse

¹ Informação apresentada por GOMES no livro: **História do Brasil para a quarta série fundamental**. São Paulo, Edições e Publicações Brasil, 1941.

² Idem.

modelo educativo arrastava uma tradição historicamente ensinada, e necessária aos interesses elitistas da sociedade naquele momento.

Em 1942, ocorreu a Reforma Gustavo Capanema que restabeleceu a História do Brasil como disciplina autônoma e confirmou como objetivo a formação moral e patriótica, pois estudar a História da Pátria era um motivo excepcionalmente cívico para a formação de uma consciência nacional.

Através do conhecimento do passado, os indivíduos criariam e reafirmariam o seu apego à nacionalidade, à Pátria. A Reforma Gustavo Capanema cristalizou este entendimento que já vinha tornando-se a orientação educacional do país.

Para Dângelo (1998), o regime autoritário do Estado Novo articulou uma dupla estratégia de atuação na área cultural, voltada tanto para as elites intelectuais como para as camadas populares. Ao mesmo tempo em que incentivava a pesquisa e a reflexão conduzidas pelos intelectuais reunidos no ministério chefiado por [Gustavo Capanema](#), o governo estabelecia, uma rígida política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular. A propaganda do regime foi facilitada pelo controle dos mais variados meios de comunicação, e seus instrumentos principais foram o rádio e a imprensa.

Observa-se que os interesses que o Estado Novo apresentava em relação à Educação conjugava-se nas formas conservadoras de ação e representação na proposta de doutrinar os indivíduos, utilizando de seus órgãos institucionais fontes essenciais na formação da consciência nacional.

Com isso destacamos os objetivos que concorriam ao Ensino de História, considerada como disciplina formadora dos cidadãos, seu ensino deveria oferecer aos alunos o conhecimento da disparidade das sociedades e sua evolução. Isso implica dizer que cabia aos dirigentes, intelectuais ou participantes das elites a preferência de considerar o estudo do passado, de acordo com os seus interesses.

Um dos elementos para transmitir esta nova diretriz política concentrava-se no papel atribuído à educação, que proporcionava a possibilidade de servir de instrumento ao Estado através do uso dos programas de ensino, dos currículos, enfim, da oportunidade de tornar seus os temas de ensino, transformando-os em temas ditados pelo Estado.

Nesse cenário de controle ideológico foi criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), encarregado da propaganda e promoção do regime junto à população. O DIP foi responsável pela censura a órgãos de imprensa e veículos de comunicação, sendo um instrumento estratégico na propagação de ideologias ufanistas e de exaltação do trabalho. Para

difundir as idéias nacionalistas entre os mais novos o Estado tornou obrigatória a disciplina de Educação Moral e Cívica nas escolas.

O ensino por radiodifusão no Brasil nas décadas de 30 e 40, por ser um mecanismo a serviço dos interesses políticos de grupos e de classe, foi mais um instrumento de intervenção social na medida em que os intelectuais e dirigentes procuraram difundir uma educação padronizada, centralizando e legislando as práticas educativas.

Com a implantação do Estado Novo o que se verificou foi uma administração que reedificou o papel da educação e do pedagogo como veículos de construção da ordem e da desordem na sociedade, bem como a sustentação de um estado de insegurança, terror e violência, ilustrado por exonerações e aposentadorias forçadas.

Sob esse olhar, a sociedade brasileira assistiu a educação sendo colocada a serviço do governo autoritário varguista com a finalidade de erradicar focos de resistências à ideologia do Estado Novo.

As mudanças no ensino de História fazem parte de um processo que se insere num momento de transformações que se exigem uma mudança de mentalidade e uma conseqüente revisão de idéias cristalizadas.

Contudo, destacamos como referência o patriotismo e a educação no Estado Novo vistos como peça fundamental que estavam sempre presentes nas apresentações de cunho disciplinador. Destaca-se a Semana da Pátria, ápice das festividades nacionalistas, que fez parte na formação das crianças e jovens brasileiros, coexistindo seja nas salas de aula, seja nos desfiles comemorativos, com o lema republicano e positivista da bandeira brasileira: ORDEM E PROGRESSO. Comemorações estas, que funcionavam como exposições pedagógicas da sociedade, que pretendiam vislumbrar os trabalhos realizados nos colégios e pelas autoridades públicas, despertando na população uma imagem harmônica e bela, formadora de um novo amanhã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procura focar as transformações e permanências que a educação e o ensino de História têm sofrido ao longo do tempo, especificamente no período do Estado Novo.

Aparentemente temos a impressão de que o grande problema de nossa deficiência educacional se resume ao problema da rigidez do modelo tradicional de ensino, mas ao aprofundarmos nossa investigação constatamos que a péssima qualidade de ensino presente

nas escolas do Brasil acontece tanto quanto pela falta de estrutura educacional adequada como pela desestruturação das poucas bases presentes na pedagogia tradicional.

Destacamos, no entanto, que o governo Vargas propôs apresentar um modelo educativo que arrastava uma tradição historicamente ensinada, e mesmo necessária aos interesses elitistas da sociedade naquele momento com o surgimento do ufanismo patriótico, na perspectiva de “formar não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (CHERVEL, 1990, p. 184), pois “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações e práticas que constroem sobre a realidade, pois a força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social.” (PESAVENTO; 2005, p. 39).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia Maria. **Formação da alma e do caráter nacional: Ensino de História na Era Vargas.** In: Revista Brasileira de História. V.18, nº 36. São Paulo: Marco Zero, 1998, p. 103-113.
- CAMPOS, F. **Educação e cultura.** Rio de Janeiro, José Olímpio, 1940.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa.** Teoria e Educação. Porto Alegre, n. 2, 1990.
- DÂNGELO, Newton. **Ouvindo o Brasil: o ensino de História pelo rádio – décadas de 1930-40.** In: Revista Brasileira de História. V. 18, nº 36. São Paulo, Marco Zero, 1998, p. 161-184.
- FONSECA, Thaís Nívea de Lima **O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades.** In: História: Fronteira – XX Simpósio Nacional da ANPUH. Vol. 01. Florianópolis/SC: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. P. 201-212.
- FOUCAULT, Michel de. **A microfísica do Poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GOMES, Alfredo. **História do Brasil para a quarta série fundamental.** 2ª ed., São Paulo, Edições e Publicações Brasil, 1941.
- HOLLANDA, Guy de. **Um quarto de século de programas e compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro – 1931-1956.** Série IV. Vol. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.
- JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n.1, 2001.
- MEIRELES, Cecília. **Crônicas de educação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001. 5 v.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- REICH, Wilhelm. **Análise do Caráter.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.